Brazilian Journal of Development

A influência do nacionalismo de Delgado de Carvalho no currículo de geografia, do ensino secundário de 1935, proposto por Maria Conceição Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo

The influence of Delgado de Carvalho nationalism in the geography curriculum, from 1935 secondary education, proposed by Maria Conceção Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig and Aroldo de Azevedo

DOI:10.34117/ bjdv6n6-314

Recebimento dos originais: 08/05/2020
Aceitação para publicação: 14/06/2020

Márcia Cristina de Oliveira Mello
Doutora em Educação
Instituição: UNESP
Endereço: Rua Manoel da Silva Mano, 670 - Ourinhos/SP - CEP 19906-510
E-mail: marcia.mello@unesp.br

João Luiz Cuani Junior
Graduado em Geografia
Instituição: UNESP
Endereço: Rua Doze, 177 Parque Flamengo - Guarulhos - SP- CEP 07134655
E-mail: jcuanijr1998@gmail.com

RESUMO
Este artigo traz um recorte de uma pesquisa aprovada com auxílio da FAPESP, na qual busca-se discutir o currículo do ensino de Geografia proposto por Maria Conceição Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo. Buscamos entender quais foram os fatores políticos e educacionais que influenciaram os conteúdos e as metodologias para o ensino de Geografia nos anos de 1930. No contexto do final do século XVIII e início do século XIX entre as necessidades do Estado estava a consolidar um Estado-Nação, a partir do sentimento de pertencimento do território nacional. No campo do ensino de Geografia buscava-se combater os ensinamentos de uma Geografia tradicional com caráter mnemônico onde deveria ser deixado de lado os ensinamentos puramente destinados a memorização, portanto, divulgavam-se as premissas de uma "Geografia moderna" em que os alunos deveriam se sentir contagiados pelo espírito geográfico. Neste sentido, o currículo pensado por Maria Conceição Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo pretendia perpetuar essa nova concepção de Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Geografia e nacionalismo, Divisão regional.

ABSTRACT
This article presents an excerpt from a research approved with the help of FAPESP, in which it seeks to discuss the curriculum of Geography teaching proposed by Maria Conceição Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig and Aroldo de Azevedo. We sought to understand what were the political and educational factors that influenced the contents and methodologies for teaching Geography in the 1930s. In the context of the late 18th and early 19th centuries, among the needs of the State, a Nation-State was consolidating, from the feeling of belonging to the national territory. In the field of Geography teaching, it was sought to combat the teachings of a traditional Geography with a

Brazilian Journal of Development

mnemonic character, where the teachings purely intended for memorization should be left aside, therefore, the premises of a “modern Geography” in which students should feel infected by the geographical spirit. In this sense, the curriculum designed by Maria Conceição Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig and Aroldo de Azevedo intended to perpetuate this new conception of Geography.

Keywords: Teaching of Geography, Geography and Nationalism, Regional Division.

1 INTRODUÇÃO

A temática deste artigo se aproxima do currículo para o ensino de Geografia da escola secundária dos anos de 1930, buscando entender quais foram os pensamentos e ideologias que influenciaram na escolha dos conteúdos do currículo, es especial relacionado ao conteúdo de Geografia do Brasil para a terceira série do secundário

Destacamos a influência de Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho que elaboraram um projeto de programa para o ensino de Geografia à época. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida por meio de localização e análise de fontes documentais, dentre elas o texto "O ensino secundário da Geografia", publicado no ano de 1935, na revista *Geografia*.

O ensino de Geografia no início do século XX transcendia os interesses escolares, foi visto nessa ciência a oportunidade de inserir uma doutrinação, para se reforçar o sentimento nacionalista, constituindo dessa forma uma nação cada vez mais integrada, unida e devota ao seu país.

Portanto, o papel da Geografia era mediar as mais diferentes relações nacionais e internacionais que aconteciam. A proposta da constituição do Estado Moderno traçava os rumos que a Geografia deveria seguir, a fim de proporcionar cada vez mais o fortalecimento da pátria brasileira.

2 O NACIONALISMO E A GEOGRAFIA ESCOLAR

Para compreender que os sentimentos nacionalistas e patriotas, que se manifestaram desde o século XIX, Vania Vlach (1988) aponta que os primeiros sentimentos nacionalistas eram propagados principalmente pela minoria proprietária de terra no Brasil, que se manifestavam em interesses anticolonialistas. Salienta também que a “independência” política do Brasil não teve participação popular, mas uma manipulação dos interesses da corte portuguesa.

Ainda segundo Vlach (1988) nas quatro primeiras décadas do século XIX houveram fortes interesses na construção do Estado-Nação brasileiro, e esse feito ficou responsável principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico, que foi fundado em 1838 no Rio de Janeiro. Coube então a esse órgão ressaltar a importância que a História e a Geografia exerciam para o Estado-Nação em

desenvolvimento. Destaca-se a importância que os documentos possivelmente espalhados por toda a província do Império poderiam ser aproveitados como unificação dos interesses nacionais.

A lógica patriota se alinhou a corrente determinista para cada vez mais fundamentar o seu apelo ao território nacional, da forma que o aprofundamento do estudo geográfico contribuiu com o de despertar um sentimento de amor à pátria.

Um dos caminhos encontrados pelo Estado, para a disseminação dessa lógica nacionalista está no aproveitamento do espaço geográfico. Eram ressaltadas as belezas e existências das mais diferentes formas naturais do território brasileiro, tais como a riqueza de suas florestas e minas, a grande biodiversidade, o clima propício para a manutenção das suas atividades, em especial a agrícola, e também da riqueza do solo. Portanto, a Geografia era compreendida como uma descrição dos elementos naturais e humanos.

Dado essa variedade de observações feitas, bem como sua caracterização e importância, buscava-se valorizar cada ver mais o território nacional, fazendo com que as pessoas reconhecessem a potencialidade de desenvolvimento que essa nação tem, para que dessa forma depositassem a sua confiança, e consequentemente a sua força de trabalho para o engrandecimento de seu país.

O conhecimento geográfico também era estratégico do ponto de vista militar e econômico, visto que a partir de estudos, principalmente relacionados a Geografia física se tinha uma dimensão dos atrativos que o país tinha, por exemplo, era de extrema importância conhecer o relevo brasileiro, bem como as declividades, cursos de água, visto que a partir dele era possível traçar estratégias tanto militares, tanto econômica como descobrir terras mais férteis propensas a uma melhor agricultura.

Entretanto, notamos que o conhecimento de História e Geografia produzido durante o século XIX não era destinado a toda a população brasileira, pelo contrário, lembrando que o Brasil até 1888 a maioria das pessoas no país eram escravizadas fazendo com que esse conhecimento letrado, era principalmente destinado à elite da época.

Desde os primeiros anos de colonização do Brasil a educação ficou sob responsabilidade dos jesuítas, os quais no começo ensinavam somente leituras, escritas e cálculo. Vlach (1988) comenta que a companhia de Jesus somente se preocupava com a formação da elite colonial, que muitas vezes para concluir os seus cursos tinha que ir até a metrópole.

A grande questão observada é exatamente o desinteresse de Portugal em incentivar a educação no Brasil, visto que a elite intelectual a qual tinha o acesso à educação eram um número muito baixo.

Brazilian Journal of Development

Devido ao fato de os jesuítas serem os únicos responsáveis pela educação durante a época colonial, foram pioneiros em criar uma unidade nacional e consequentemente indícios de uma pátria em formação através da educação.

Os ensinamentos estavam relacionados a linguagem que é um dos principais meios de unificação, ao passo que se as pessoas falam a mesma língua, torna-se mais fácil a sua comunicação, bem como a construção de uma unidade política e territorial. Também se ensinavam sobre a religião cristã e cultura portuguesa.

Os ensinamentos de Geografia na época eram muito limitados e se restringia a interesses puramente estatais. Era ensinado uma Geografia marcada pelas nomenclaturas, de modo que as mais diferentes feições da superfície terrestre eram interpretadas e passadas de formas ainda muito confusas.

Uma das principais áreas da Geografia, a que mais se via importância e apreço era a cartográfica. Isso ocorreu pois se tratava de um momento de delimitações, principalmente entre Portugal e Espanha que buscavam delimitar os seus respectivos territórios.

Portanto, foi necessário a criação de mapas, como a da colônia brasileira. Devido a essa importância que a Geografia tinha, a elite até então existente no Brasil estava interessada no desenvolvimento da cartografia.

Com o passar do tempo, posteriormente a expulsão da companhia de Jesus da colônia, a educação ficou sobre encargo do Estado brasileiro. Os professores passaram, então, a ter como objetivo principal ensinar os alunos a escrever, as quatro operações aritméticas, gramática, princípios morais da doutrina católica. A Geografia não estava diretamente no currículo, entretanto, estava presente através das leituras da história do Brasil.

Foi gerado uma crise educacional no Brasil, visto que as propostas para o ensino não satisfaziam as reais necessidades do momento. Mesmo visando a formar uma pequena parcela da elite a fim de suprir os quadros administrativos da então política, a educação recebida não era suficiente, sendo demonstrada ao longo do tempo que não capacitavam seus alunos nem para as necessidades do Estado.

A pressão que o ensino sofria relacionado a sua qualidade de ensino fez com que o mesmo tivesse que se adequar, e consequentemente reestruturar o seu modelo educacional, ao passo que desse mais importância à educação, em todos os seus níveis.

O modelo de escola secundária do Colégio D. Pedro II foi tido como modelo para as outras instituições de ensino secundário que surgiram na época, quando o ensino secundário servia somente como uma etapa a ser vencida para poder ingressar no ensino superior. Assim, disciplinas como

Geografia e História, entre outras, passaram a constituir temas das questões dos exames de admissão para as faculdades mais concorridas, entre elas a de direito, contribuindo para a inclusão no currículo do Colégio D. Pedro II.

Vlach (1988) aponta que como a virada do século XIX para o século XX foi muito conturbada, dentre os grandes problemas que se enfrentavam, estava a falta de acesso do povo à educação. Essa questão ganha cada vez mais força ao passo que grandes nomes políticos e intelectuais da época reconhecem que o ensino principalmente primário era um papel social do Estado.

No início do século XIX ainda era muito nítido a enorme influência dos proprietários de terras, num sistema de exportação agrária, nas decisões e desenvolvimento do Brasil.

Entretanto, com a intensa relação capitalista que o mundo estava passando, a pressão de se integrar nesse novo sistema e consequentemente se desligar da velha organização produtiva era necessária para que a modernização do país fosse consolidada, e para isso ser efetivado a educação do povo se fazia imprescindível.

A década de 1920 do século XX foi também um período muito intenso relacionado a estruturação das ideias nacionalistas, e que se manifestaram massivamente nos conteúdos escolares. A preocupação perante as questões nacionalista na segunda década do século XX tem fortes influências da primeira guerra mundial, bem como as colônias de imigrantes que se instalaram no Brasil.

Com esses acontecimentos, foram criados planos de ação para organizar a questão patriota do país. Como pontua Jorge Nagle (2009) a campanha de Olavo Bilac representou a primeira organização nacional que deu início a Liga da Defesa Nacional, na qual estudantes de direito soltaram uma nota relatando todas as problemáticas que envolvem as questões morais do Brasileiro tais como " O Brasil padece e sofre da falta de crença e esperança", "falta de solidariedade", em geral critica também a falta da tomada de medidas relacionada a constituição da nacionalidade brasileira.

> A liga da defesa nacional foi fundada em 7 de setembro de 1916, graças a iniciativa de Olavo Billac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. De acordo com os seus estatutos, a Liga "independente de qualquer credo politico, religioso, ou filosófico, está destinada, dentro das leis vigentes do País, a congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes". (NAGLE, 2009, p.58).

Ainda segundo o autor, além desses objetivos gerais existiam também os mais particulares que estavam relacionadas, por exemplo, difundir a instrução militar nas instituições visto que se

passava por um período de guerra, e o Brasil poderia ser vítima das cobiças externas, os objetivos principais propostos era o de manter a ideia de coesão e integridade nacional, desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, desenvolver a língua nacional nas escolas estrangeiras e principalmente avivar o estudo da história do Brasil e combater o analfabetismo.

Proença (1928) destaca que o Brasil passava por uma constante e intensa onda migratória. O Brasil sendo um país de imigração recebia influência cultural de todas as nacionalidades, idiomas e políticas. Diante disto surge uma preocupação com os ideais nacionalistas, já que poderia existir um grande conflito entre os povos na tentativa de impor uma cultura sobre as outras, inclusive a brasileira.

Neste contexto, era importante que os povos imigrantes conservassem a sua cultura, mas era necessário que os brasileiros reconhecessem a sua nacionalidade e não deixassem que adotassem formas de civilização contrárias as suas.

> É simplesmente o desejo de especular e de saber que leva o homem a percorrer mentalmente o mundo. Quando, porém, as suas vistas se voltam para o cantinho que tem um nome que é seu e onde tudo lhe pertence, o interesse especulativo cede lugar ao sentimento de patriotismo. (PROENÇA, 1928, p.21).

Em vista dessa dinâmica imigratória, que marcava o início do século XX, a Geografia tinha como um dos fins educativos o ensino da "cultura do sentimento patriótico". A Geografia da pátria era estudada mais com o coração do que com a mente. Tinha como restrição estudar propriamente a sua pátria, ou seja, não fazendo comparações, limitando-se ao seu país.

A nacionalidade proposta também se caracterizava por propagar a visão de que os estrangeiros não estavam preocupados com o desenvolvimento, ou até mesmo o bem-estar da nação brasileira, pelo contrário, eram pessoas que só pensavam em satisfazer os seus próprios egos. A principal pregação era contra os lusitanos, pois ali buscavam fomentar as coisas que realmente são brasileiras, e não as de Portugal, como se fosse uma verdadeira emancipação.

Buscou-se também valorizar a mestiçagem de raças que o Brasil tem, combatendo fortes ideais de caráter racista, a qual marginalizavam essa variedade que é característica do Brasil. Indicavam que o Brasil estava criando uma nova raça, misturando povos da América, Europa e da África.

3 O PROFESSOR DE GEOGRAFIA FRENTE AO NACIONALISMO

Se inicialmente se reconhecia que a Geografia era o estudo de fatos e não de coisas, Proença (1928) questionou a função do ensino de Geografia nas escolas, sobretudo, a partir da ideia de que

por mais que o aluno soubesse o nome de todos afluentes de um rio, ou mesmo de todas as ilhas de um cabo ou de um país, qual seria o valor desse saber para a Geografia?

Dessa forma, tanto no ensino primário quanto no ensino secundário, embora fossem importantes os estudos dos fatores físicos e astronômico, o estudo deveria se concentrar no fator humano.

O professor era a principal figura educacional, visto que ele era o responsável em transmitir o conhecimento aos seus alunos, e para isso era necessário que isso fosse feito de uma forma majestosa, conseguindo, portanto, instigar cada vez mais em seus alunos o reconhecimento da educação e principalmente do amor a sua pátria.

A imagem do professor era vista como um ser sagrado, quem estava ali não era apenas mais um sujeito que compunha a sociedade, era visto como um ser que estava acima da sociedade, um fiel representante da pátria, que tinha como objetivos elucidar os seus alunos.

O sujeito ao se transformar na figura do professor deixa de ser dono de si mesmo, e passa a ser um fiel representativo do Estado, os seus ideais pessoais, sonhos, crenças, religiosidades devem ser deixados de lado para que nada interfira de forma negativa nos princípios do Estado.

Atentando-se aos recursos didáticos que se buscava passar para os alunos buscava-se os estudos da Geografia política que se entendia como todos os feitos realizados pelo homem, como leis, governos município, já a Geografia física descreve a Terra, ao passo que todos os fenômenos que são feitos naturais como rios, montanhas, relevos ente outros, além de estudarem nos anos iniciais a Geografia astronômica que considerava a terra como um corpo celeste, estudando também os outros corpos celestes e suas ligações movimentos da terra.

4 A DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL E SEU ENSINO

A princípio as regiões do Brasil foram divididas com base nas divisões de zonas geográficas, como é mostrado por Vlach (1988), uma das propostas pioneiras da divisão regional brasileira nos livros didáticos foi iniciada por Manuel Said Ali. Ele dividiu o Brasil com base nas relações econômicas dos Estados e tentou conciliar o máximo com as condições geográficas, portanto dividiu em cinco regiões, sendo essas Brasil central ou Ocidental, Brasil setentrional, Brasil de nordeste, Brasil Oriental e Brasil meridional.

A partir dessa divisão buscou se confrontar a divisão meramente administrativa do território brasileiro, que até então dividia o Brasil em Estados marítimos e Estados interiores, porém também foi um marco inicial no que se refere ao início das discussões teóricos para realizar a divisão regional

brasileira, a qual essa perspectiva não foi tão popular, sendo valorizada mais a frente por Delgado de Carvalho.

Delgado de Carvalho era membro do Instituto de História e Geografia e também foi professor do colégio Pedro II. Como um admirador da divisão regional realizada por Manuel Said Ali, buscou também contribuir com a classificação geográfica referente as regiões do Brasil.

Com o objetivo de permitir que o avança da Geografia científica tivesse espaço no contexto educacional do início do século XX, Delgado de Carvalho foi um grande crítico da Geografia administrativa, na qual a enxergava como um obstáculo, visto que essa priorizava exclusivamente as nomenclaturas e tinha caráter mnemônico.

Dedicou uma grande parte de suas pesquisas para a discussão sobre as regiões naturais brasileiras, e tinha como entendimento que estudar os fatos geográficos se limitando em dividir os Estados era um grande problema de ordem didática enfrentado pela Geografia, visto que para ele a divisão deveria se basear sobre os fenômenos causados pela natureza e não somente pela história, tradições e direito como propunha a classificação antiga. “Delgado de Carvalho entendia, por conseguinte, as regiões naturais como decorrência do movimento harmônico da natureza[...]” (VLACH, 1988 p. 166).

Apesar de confrontar a Geografia ensinada no período anterior ao seu, Delgado de Carvalho também tinha princípios morais aliados ao que o Estado ambicionava, que era o de caráter patriota e nacionalista, e que também via na Geografia uma ciência com um grande potencial para aplicar esses ensinamentos.

Tinha como entendimento que a Geografia administrativa não era uma metodologia que representava efetivamente o espírito geográfico, pois as características metodológicas aplicadas até então não desenvolviam e nem despertava nos jovens estudantes o agrado em estudar, portanto, considerava um desperdício enorme o modo a qual era ensinada. Era necessário, então, tornar essa metodologia atrativa e cativante.

Acreditava que o estudo eficiente da Geografia, através do conhecimento do seu país, da sua natureza, conhecimentos econômicos e políticos, proporcionava muito mais um valor agregado a formação do sentimento patriota e nacionalista nos jovens, ao passo que não seria um nacionalismo cego e alienado, mas sim um sentimento verdadeiro. Indo contra estudar somente os Estados, que tinham muitas semelhanças entre si, buscou-se compreender as diferenças entre eles, e justamente crer que essas diferenças se complementavam, formando assim um pensamento territorial unido.

Carvalho pontua também a importância de se estudar os fenômenos que são aplicados no Brasil, ou seja, não ficar preso em assuntos geográficos que não são consolidados no brasil, por

exemplo, as geleiras, vulcões entre outros não deviriam ser aprofundados. Deveriam ser priorizados os estudos de fenômenos presentes no Brasil, tais como o clima tropical, zonas semiáridas, zonas de formação litorânea etc.

A partir dessa concepção é possível perceber que os debates em torno da região natural eram de extrema importância para a caracterização e consolidação da Geografia moderna no Brasil. É manifestado também que os estudos das divisões políticas também merecem atenção, e, portanto, não deixam de existir, mas a categorização a partir das regiões naturais é que ganham mais atenção.

Essas regiões naturais na verdade são regiões geográficas, pois existe uma intensa inter-relação entre o homem e a natureza, a medida que o homem ocupa aquele espaço, existe tanto a influência do meio no homem, como o homem no meio, e segundo Vlach 1988, para Delgado de Carvalho o homem constituía-se no centro da natureza reforçando ainda mais que se tratam de regiões geográficas.

> A Geografia, que, até então, era basicamente uma disciplina voltada para a descrição e a nomenclatura, toma um rumo mais analítico, pois passou a estabelecer relações entre os fenômenos, introduziu novos temas e adequou-se às mudanças pelas quais o país estava passando. (PIRES, 1999, p.26).

É compreensível cada vez mais a partir desse ponto de vista, perceber que a Geografia puramente mnemônica, de nomenclaturas e memorização não dão conta de explicar os fenômenos Geográficos, ou seja, as relações diretas entre o meio e o homem. Mediante isso, se fomentava cada vez mais que a Geografia administrativa não tinha espaço para contemplar todas as potencialidades que a Geografia tinha.

A partir das concepções de regiões naturais, se entendia o espaço sem a interferência do homem, das realidades não construídas pelos homens, sem o intermédio de relações histórias e políticas. Os estudos buscavam compreender as particularidades dessas regiões, o que diferenciava um rio do outro, o relevo, o clima, a vegetação, pois em todos os lugares são possíveis encontrar esse conjunto de fenômenos naturais, mas não são iguais.

A exemplo de propostas pedagógicas Carvalho trouxe a importância dos recursos didáticos para se ensinar alguns conteúdos, como a presença de fotografias, projeções, diagramas etc. Buscou-se então, cada vez mais dar novas características e abordagens para o ensino de Geografia, ao passo que aumentasse a admiração e o interesse dos alunos em relação a essa disciplina.

Logo após as suas publicações e as suas iniciativas relacionadas a Geografia moderna, e principalmente ao ensino de Geografia, Delgado de Carvalho ganhou adeptos de suas concepções,

dentre eles Aroldo de Azevedo que reconheceu Delgado de Carvalho como um dos principais protagonistas da Geografia moderna, principalmente seguindo os caminhos da escola secundária.

Assim como Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo também reconhecia na velha Geografia, até então aplicada pelo Estado, como uma Geografia inconsistente e que carecia de coisas novas, visto que as antigas publicações não apresentavam fenômenos novos, mas sim apenas mais nomenclaturas para serem memorizadas.

Aroldo de Azevedo também foi um dos grandes defensores da implementação dos livros didáticos nas escolas, e acreditava que o Estado era encarregado de escolher os livros didáticos que através de suas qualidades mereciam ser assumidos pelos estabelecimentos oficiais de educação.

Com o caráter teórico-metodológico utilizado por Delgado de Carvalho, ao se basear na então feita classificação regional de Said Ali, criou uma nova proposta da divisão regional do território brasileiro, baseando-se nos critérios físicos como vegetação, hidrografia, relevo, entre outros para realizar os agrupamentos.

Para Carvalho era de extrema importância que os geógrafos estudassem todas as relações existentes entre aspectos físicos, culturais, econômicos e históricos para que dessa forma compreenderia melhor as divisões e formações regionais.

Apesar das divisões serem realizadas a partir das concepções naturais, o autor revela que existe uma grande dificuldade de serem divindades, justamente por causa das complexidades de cada território. Buscava-se sempre uma unidade entre os Estados baseando se na geologia, clima, vegetação para que dessa forma pudessem ser agrupados pertencentes a uma mesma região.

Entretanto, existia a necessidade de se respeitar os limites políticos de cada Estado, ou seja, mesmo que uma parte de um Estado tivesse uma característica natural mais próxima de um outro estado, por questões políticas de território ele não era inserido na região que mais se aproximava com as suas características naturais, portanto se reconhece essa imprecisão relacionada a essa divisão.

É possível analisar que, muitos intelectuais no início do século XX, se preocupavam com as questões relacionadas ao ensino de Geografia, visto que infelizmente por muitos anos representou uma ciência marcada pela homogeneidade, pela simples descrição e memorização de nomenclaturas.

Um outro grande avanço relacionado as concepções e interpretações que a Geografia se apropriava, está relacionada ao estudo do território brasileiro onde a partir dessa reforma, a classificação de Delgado de Carvalho começa a ser adotada, portanto dividindo o Brasil em regiões naturais.

Brazilian Journal of Development

A divisão proposta por Delgado de Carvalho se dividia em cinco regiões: são elas:

- Brasil setentrional ou Amazônico – Pará, Amazonas e território do Acre.
- Brasil Norte-Oriental – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.
- Brasil Oriental – Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.
- Brasil Central - Goiás e Mato Grosso.
- Brasil Meridional - São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A partir dessa divisão encontramos a origem da divisão regional do Brasil, que está presente no currículo da escola secundária no ano de 1935, proposto por Maria Conceição Vicente de Carvalho, Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo. Os autores decidiram que essa seria a divisão mais consistente e que melhor representava o Brasil e principalmente a linha metodológica da Geografia na época. Reconhecendo aqui a grande influência que Delgado de Carvalho transmitiu para outras gerações de geógrafos.

Através dessa divisão, como já foi discutido anteriormente, os aspectos naturais se sobressaem no que se tange a diferenciação entre os determinados lugares, e, portanto, constituem a formação de uma determinada região. Esse grande avanço que é um dos pilares da Geografia moderna propõe também um estudo que une mais a população brasileira, ao passo que passam a estudar as diferentes regiões do seu país.

Assim, a Geografia física exerceu o papel de grande destaque nos conteúdos ensinados, tais como os relevos brasileiros, clima, vegetação, entretanto, a Geografia Humana também estava presente, ao passo que eram estudados os grupos de cada região, privilegiando cada vez mais as relações econômicas e produtivas de determinada região.

Analisando o programa curricular do Colégio D. Pedro II após a reforma Rocha Alves de 1925 e que certamente teve uma considerada influência no currículo de Geografia proposto por Maria Conceição, Aroldo de Azevedo e Pierre Monbeig, no ano de 1935, principalmente na terceira série, onde se dedicava inteiramente ao estudo da geografia do Brasil. Assim, percebemos alguns conteúdos similares, por exemplo, nas propostas de conteúdos da Geografia do Brasil para a terceira série do Ensino secundário.

Brazilian Journal of Development

GEOGRAFIA GERAL DO BRASIL:
Situação geográfica. Fronteiras terrestres. Relevo. Costas. Hidrografia.Climas. Riquezas naturais.
População. Formação territorial e questões de fronteiras. Governo. Produtos agrícolas. Criação de gado. Indústrias extrativas. Vias e meios de comunicação e de transporte. Comércio.
Geografia regional, focalizando as feições físicas, a evolução histórica e os problemas econômicos e socais de cada uma das seguintes regiões: Brasil Septentrional,Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasill Meridional e Brasil Central.

Um dos conteúdos que estavam presentes tanto no conteúdo do Colégio D. Pedro II quanto no currículo de 1935 que analisamos é o estudo das fronteiras terrestres, que ainda no século XX foi marcado por diversas relações geopolíticas na qual se tratavam de territórios ainda não delimitados, além de um assunto muito importante, principalmente por se tratar da formação de cidadãos que no futuro iriam de certa forma defender e representar os interesses de sua pátria.

Estudos dos fenômenos e ambientes naturais também são aspectos que se coincidem como, relevo, hidrografia, costas, situação geográfica, a partir de relações de altitude e latitude.

Já o papel que a Geografia humana assumiu, no currículo da época, foi o estudo das populações, bem como as suas origens e conflitos históricos, aspectos econômicos tais como as atividades da agricultura como a produção de grãos como o café, milho etc. e pecuária, com o estudo relacionadas a criação de gado.

Através dessa divisão, como já foi discutido anteriormente, os aspectos naturais se sobressaem no que se tange a diferenciação entre os determinados lugares, e, portanto, constituem a formação de uma determinada região. Esse grande avanço que é um dos pilares da Geografia moderna propõe também um estudo que une mais a população brasileira, ao passo que passam a estudar as diferentes regiões do seu país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É reconhecido que o ensino de Geografia estava sob fortes influências das tendências políticas da época, atribuindo a essa ciência um objetivo de auxiliar a disseminação do patriotismo e o nacionalismo. A Geografia passava a ser considerada como uma ciência atual, ao passo que ela tem a capacidade metodológico de compreender as transformações e dinâmicas atuais e passadas, tendo espaço e a sua interação com o homem o seu principal objeto de estudo.

Percebe-se a forte ligação do ensino de Geografia com as estratégias nacionalistas que caracterizavam o período principalmente do início do século XX. A Geografia era vista com uma

grande potencialidade em desenvolver os aspectos nacionalistas e patrióticos, mas para isso era necessário que fosse mudada a sua prática didática e principalmente metodológica.

É compreendido também que no momento de transição entre a Geografia tradicional para a "Geografia moderna", um dos grandes nomes citados foi o de Delgado de Carvalho que buscou trazer novas perspectivas e metodologias para o ensino de Geografia. A partir desse autor foi possível que outros nomes da Geografia, fossem influenciados no que se tange a reformar e consolidar uma Geografia mais coerente e principalmente que essa ciência tivesse um valor maior.

A partir da influência do Manuel Said Ali, Delgado de Carvalho buscou caracterizar as regiões do Brasil classificando em regiões naturais, se utilizando de outras formas de agrupar os mais diversos territórios brasileiros. Aroldo de Azevedo também adotou essa divisão para o currículo da escola secundária de 1935, junto com Pierre Monbeig e Maria Conceição Vicente de Carvalho.

REFERÊNCIAS

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DPA, 2009.

PIRES, Marcelo Raimundo. ***Representações de Brasil em Delgado de Carvalho*.** 102 f. Tese (Mestrado em educação). Piracicaba: UNIMEP, 2006

MONBEIG, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de; CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. O ensino secundário da Geografia. ***Geografia***, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 107-113. 193.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A Geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS. Ana Fani Alessandri (Org). ***Novos caminhos da Geografia***. São Paulo: Contexto, 1999. p.111-142.

VLACH, V. R. F. **A propósito do ensino de Geografia:** em questão, o nacionalismo patriótico. 1988. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Fontes documentais

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. ***Methodologia do ensino geographico****:* introducção aos estudos de Geographia moderna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

PROENÇA, Antônio Firmino. ***Como se ensina Geographia***. São Paulo Melhoramentos, [1928].